



Governo do Estado de São Paulo
Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados
de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP
Agente de Fiscalização à Regulação de Transporte I

Nome do Candidato
Caderno de Prova 'A01', Tipo 004

Nº de Inscrição
MODELO

Nº do Caderno
TIPO-004

Nº do Documento
000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase abaixo, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Kant, em 1781, publicou a Crítica da Razão Pura, sua obra mais conhecida.

- Verifique se este caderno contém 80 questões numeradas de 1 a 80. Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: A ● C ○ D ○ E

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 5, baseie-se no texto a seguir.

Sobre as vaidades

A vaidade é humana. Em alguma medida, todos somos vaidosos. Há inclusive a vaidade de quem vaidosamente confessa que não é vaidoso. A questão não é se ela está ou não em nós; a questão é o que fazer com ela.

Antes de mais nada, é preciso distinguir entre as formas pelas quais a vaidade opera. Há aquela que um indivíduo alimenta por se sentir melhor do que os outros, a vaidade de quem já parece ter nascido como um ser superior. A pessoa justifica sua vaidade pelo simples fato de ser quem é. É o caso de quem costuma dizer para quem não o identifica como um ser especial: "Você não me conhece..." Essa é uma vaidade odiosa, pois por ela a pessoa se impõe apenas por ser quem é, dispensando qualquer razão para se sentir como um deus.

Mas há também a vaidade de quem se orgulha por algo que efetivamente realizou: uma obra, um apoio afetivo, um trabalho socialmente útil, um gesto de solidariedade, um esforço consequente e positivo, um engajamento, um compromisso sério. É a vaidade de quem expande sua vida na direção do outro, e fica feliz pelo sucesso desse empreendimento. Essa é a vaidade justificável, com base objetiva, que resultou de um ato verdadeiramente virtuoso.

Em suma: há a vaidade de quem afirma "sou vaidoso pelo que sou" e há a vaidade de quem pode afirmar "estou vaidoso pelo que faço". Não é difícil compreender como é longo esse caminho que vai do "simplesmente ser" para o "aplicar-se num fazer". É a distância entre a vaidade vazia e a vaidade que decorre de uma ação construtiva.

(Leodegário Corsi, a editar)

1. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) *um esforço consequente e positivo* (3º parágrafo) = um intento incondicional e afirmativo.
 - (B) *decorre de uma ação construtiva* (4º parágrafo) = resulta de uma atividade fecunda.
 - (C) *Em alguma medida, todos somos vaidosos* (1º parágrafo) = Proporcionalmente, nossa vaidade é unânime.
 - (D) *as formas pelas quais a vaidade opera* (2º parágrafo) = as razões que privilegiam tais vaidosos.
 - (E) *dispensando qualquer razão* (2º parágrafo) = omitindo aspectos irracionais.

2. Ao tratar das duas formas pelas quais a vaidade opera, o autor do texto as distingue claramente,
 - (A) enaltecendo a razão puramente subjetiva alegada por um vaidoso.
 - (B) negando a possibilidade de que qualquer tipo de vaidade seja defensável.
 - (C) sem por isso emitir qualquer juízo de valor sobre qualquer uma delas.
 - (D) de modo que uma delas funcione como um complemento natural da outra.
 - (E) defendendo a superioridade objetiva de quem se apoia em realizações.

3. No segundo parágrafo, analisa-se a forma de vaidade cuja manifestação
 - (A) se torna odiosa quando alguém não reconhece nos outros o direito ao mesmo amor-próprio.
 - (B) dispensa a pessoa vaidosa de justificar sua superioridade em relação às outras pessoas.
 - (C) deriva da hierarquia social, em razão da qual se promove um justo motivo de vaidade.
 - (D) parte tão somente da sensação íntima de superioridade da pessoa vaidosa.
 - (E) aparece quando uma pessoa passa a se orgulhar de seus empreendimentos.

4. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:
 - (A) De todas as vaidades que haveriam entre nós, a pior é a que se afirma sem razão de ser.
 - (B) Não cabem às pessoas vaidosas buscarem se afirmar apenas pelo que se julgam ser.
 - (C) Distinga-se, para a caracterização da vaidade, as razões que estariam na base desse sentimento.
 - (D) A vaidade que a todos nos assalta é dos sentimentos o que mais nos aflige.
 - (E) Entre os clássicos tipos de vaidade seriam preciso distinguir os mais comprometedores.



5. É adequado o emprego do elemento sublinhado na frase:
- (A) Uma das razões nas quais ele justifica sua vaidade seria seu desempenho escolar.
 - (B) Não lhe faltam argumentos nos quais pode se apoiar para justificar sua vaidade.
 - (C) São ocasiões aonde ele se aproveita para tecer elogios a si mesmo.
 - (D) A vaidade de cuja ele se orgulha, vejam só, é ter nascido em berço de ouro.
 - (E) A forma da qual sua vaidade se manifesta está no modo como enaltece a si mesmo.

Atenção: Para responder às questões de números 6 a 9, baseie-se no texto a seguir.

Um pai autoritário

No romance **Paradiso**, o grande escritor cubano José Lezama Lima diz que um ser humano só começa a envelhecer depois da morte do pai. Freud atribui a essa morte um dos grandes traumas de um filho.

Mas há também pais terríveis, opressores e tirânicos, na vida e na literatura. **Carta ao pai**, de Franz Kafka, é um dos exemplos notáveis de pai repressivo, que interfere nas relações amorosas e na profissão do filho. Um pai que não se conforma com um grão de felicidade do jovem Franz. A **Carta** é o inventário de uma vida infernal.

É difícil saber até que ponto o pai de Kafka na **Carta** é totalmente verdadeiro. Pode ser uma construção ficcional ou um pai figurado, mais ou menos próximo do verdadeiro. Mas isso atenua o sofrimento do narrador? O leitor acredita na figuração do pai. Em cada página, o que prevalece é uma alternância de sofrimentos e humilhações, imposta por um homem prepotente e autoritário. Um grande escritor não depende de que ele seja inteiramente fiel aos fatos; sua fidelidade é com a força das palavras que é capaz de escrever.

(Adaptado de: HATOUM, Milton. **Um solitário à espreita**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 204)

6. Há emprego de linguagem figurada no segmento
- (A) *não se conforma com um grão de felicidade* (2º parágrafo)
 - (B) *imposta por um homem prepotente e autoritário* (3º parágrafo)
 - (C) *há também pais terríveis* (2º parágrafo)
 - (D) *um dos exemplos notáveis* (2º parágrafo)
 - (E) *uma alternância de sofrimentos e humilhações* (3º parágrafo)
7. No parágrafo final, o autor do texto considera que
- (A) há sentimentos tão profundos que dispensam a potência das palavras que buscam expressá-los.
 - (B) a admiração do leitor de ficção varia segundo o compromisso do autor com uma experiência real.
 - (C) a ficção mais valiosa é aquela na qual as palavras refletem de modo direto a realidade histórica.
 - (D) as palavras de um escritor têm como compromisso maior a energia que com elas se produz.
 - (E) a **Carta** é um testemunho vivo e realista da indignidade a que pode chegar um ressentimento filial.

8. *Um grande escritor não depende de que ele seja inteiramente fiel aos fatos.*

A frase acima ganha nova, correta e coerente redação em:

- (A) Os fatos relativos a um grande escritor não devem de condicionar sua grandeza de criador.
- (B) O que condiciona a grandeza de um escritor é o seu mérito por onde traduza seus fatos.
- (C) A fidelidade de um grande escritor deriva de sua intransigência de retratar seus fatos.
- (D) A grandeza de um escritor deve ser compatível diante sua independência aos fatos.
- (E) A fidelidade plena em relação aos fatos não é uma condição para que um escritor seja grande.

9. Os tempos e modos das formas verbais estão adequadamente articulados na frase:
- (A) Seus méritos de narrador serão reconhecidos conforme você venha a escrever.
 - (B) Caso você apurasse sua escrita, mais leitores terá conquistado.
 - (C) Conviria ao filho que o pai reflita sobre suas supostas ações educativas.
 - (D) O filho sempre pedia ao pai que contenha sua fúria injustificável.
 - (E) Se você escrever sempre assim, teria minha admiração incondicional.

**Matemática e Raciocínio Lógico**

10. Um teatro de arena foi montado de modo que na primeira fileira foram colocadas 24 cadeiras. Em cada fileira seguinte foram adicionadas mais duas cadeiras em relação à fileira anterior. Se foram montadas 40 fileiras, o total de cadeiras utilizadas foi
- (A) 2500
(B) 2460
(C) 2420
(D) 2520
(E) 2522
-
11. Três irmãs, Dina, Ema e Filó, arrecadaram R\$ 880,00 com a venda de seus artesanatos. Elas dividiram esse valor na proporção de 2:5:4, respectivamente. Ema deu $\frac{2}{5}$ da sua parte para a mãe, e Filó deu $\frac{3}{8}$ da sua parte para a mãe. A mãe dessas três irmãs recebeu de Ema e Filó um total de
- (A) R\$ 280,00
(B) R\$ 400,00
(C) R\$ 260,00
(D) R\$ 180,00
(E) R\$ 160,00
-
12. A largura de um retângulo é 1 m menor que o dobro do seu comprimento. Se a área do retângulo é 10 m^2 , a soma de sua largura com seu comprimento é
- (A) 7,0 m
(B) 5,5 m
(C) 7,5 m
(D) 6,0 m
(E) 6,5 m
-
13. A média aritmética de cinco números é 28. Após retirar um desses cinco números, recalculou-se a média dos quatro números restantes obtendo-se 26. O número que foi retirado é
- (A) 16
(B) 36
(C) 14
(D) 34
(E) 28

Administração Pública (Noções de Direito Constitucional e Direito Administrativo)

14. Em conformidade com a Lei Federal nº 12.527/2011,
- (A) se a informação for parcialmente sigilosa, não é assegurado o acesso a ela, ainda que somente à parte não sigilosa.
- (B) o acesso à informação compreende, entre outros, o direito de obter informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos.
- (C) o acesso à informação compreende, entre outros, o direito de obter informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, salvo se esse vínculo já tiver cessado.
- (D) no caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 30 dias a contar da sua ciência.
- (E) não são consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado e, portanto, não são passíveis de classificação as informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam prejudicar ou causar risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico.



15. Izaú nasceu no Brasil, quando seus pais, alemães, aqui estavam para visitar seus parentes que moravam no Brasil. Erica nasceu no Chile, quando seus pais, brasileiros, lá residiam, pois seu pai estava ali a serviço do Brasil. Alessandra nasceu no Brasil, quando seus pais, italianos, aqui estavam a serviço da Itália. Nessa situação, considerando apenas as informações fornecidas, em conformidade com a Constituição Federal de 1988,
- (A) apenas Erica é brasileira nata.
 - (B) apenas Izaú é brasileiro nato.
 - (C) Izaú, Erica e Alessandra são brasileiros natos.
 - (D) apenas Izaú e Erica são brasileiros natos.
 - (E) apenas Izaú e Alessandra são brasileiros natos.
-
16. Com relação ao processo administrativo relativo à proteção e à defesa do usuário do serviço público do Estado de São Paulo, considere:
- I. Os prestadores de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nesta qualidade, causarem ao usuário, a terceiros e, quando for o caso, ao Poder Público, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
 - II. O processo administrativo não poderá ser instaurado de ofício, mas somente mediante representação de qualquer usuário de serviço público, bem como dos órgãos ou entidades de defesa do consumidor.
 - III. Em nenhuma hipótese será recusado o protocolo de petição, reclamação ou representação formuladas nos termos da Lei nº 10.294/1999, sob pena de responsabilidade do agente.
- Em conformidade com a Lei nº 10.294/1999, está correto o que se afirma em
- (A) I e II, apenas.
 - (B) I, apenas.
 - (C) II e III, apenas.
 - (D) I, II e III.
 - (E) I e III, apenas.
-
17. Em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, são modalidades de licitação
- (A) apenas pregão, concorrência, leilão e diálogo competitivo, não sendo possível a Administração se servir de nenhum procedimento auxiliar, podendo o leilão ser cometido somente a leiloeiro oficial.
 - (B) apenas pregão, leilão e diálogo competitivo, além dos procedimentos auxiliares de que a Administração pode se servir previstos na referida lei, sendo que o leilão exigirá registro cadastral prévio, terá fase de habilitação e deverá ser homologado assim que concluída a fase de lances, superada a fase recursal e efetivado o pagamento pelo licitante vencedor, na forma definida no edital.
 - (C) pregão, concorrência, concurso, leilão e diálogo competitivo, além dos procedimentos auxiliares de que a Administração pode se servir previstos na referida lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.
 - (D) pregão, concorrência, concurso, leilão e diálogo competitivo, além dos procedimentos auxiliares de que a Administração pode se servir previstos na referida lei, aplicando-se sempre o pregão às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia.
 - (E) apenas pregão, leilão e diálogo competitivo, não sendo possível a Administração se servir de nenhum procedimento auxiliar, podendo o leilão ser cometido a leiloeiro oficial ou a servidor designado pela autoridade competente da Administração.
-
18. Eram 22h30 quando Rosemary, estudante de biomedicina, fazia seu treino de corrida. Ao passar em frente a uma residência na rua paralela à da sua casa, Rosemary viu uma pessoa passando mal, sozinha, caída no jardim, tentando se levantar e se locomover, mas sem conseguir. Rosemary, então, sem o consentimento de nenhum morador da referida residência, invadiu o imóvel para prestar socorro à pessoa que estava ali caída. Nessa situação, considerando apenas as informações fornecidas, em conformidade com a Constituição Federal de 1988, Rosemary
- (A) poderia ter penetrado no imóvel apenas se fosse durante o dia, por determinação judicial.
 - (B) poderia ter penetrado no imóvel, pois, apesar de a casa ser asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, há exceção para os casos de flagrante delito ou desastre e para prestação de socorro, assim como, durante o dia, por determinação judicial.
 - (C) não poderia ter penetrado no imóvel, pois a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, havendo exceção apenas nos casos de flagrante delito ou desastre.
 - (D) poderia ter penetrado no imóvel, pois, apesar da casa ser asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, há exceção apenas para o caso de prestação de socorro.
 - (E) não poderia ter penetrado no imóvel, pois a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador.



19. Os moradores do bairro X desejam criar a associação "Amigos do Bairro X" para defender os seus interesses comuns com relação a esse bairro. Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, considerando apenas as informações fornecidas, a criação dessa associação
- (A) depende de autorização, vedada a interferência estatal em seu funcionamento, sendo que terá legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente, independentemente de autorização.
 - (B) independe de autorização, permitida a interferência estatal em seu funcionamento, sendo que terá legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente, independentemente de autorização.
 - (C) independe de autorização, vedada a interferência estatal em seu funcionamento, sendo que, se expressamente autorizada, terá legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.
 - (D) independe de autorização, permitida a interferência estatal em seu funcionamento, sendo que, se expressamente autorizada, terá legitimidade para representar seus filiados apenas judicialmente.
 - (E) depende de autorização, permitida a interferência estatal em seu funcionamento, sendo que, se expressamente autorizada, terá legitimidade para representar seus filiados apenas extrajudicialmente.
-
20. Com relação ao acesso à informação, considere:
- I. As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso.
 - II. As informações que puderem colocar em risco a segurança do Presidente e Vice-Presidente da República e respectivos cônjuges e filhos(as) serão classificadas como ultrassecretas e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição.
 - III. O prazo máximo de restrição de acesso à informação classificada como secreta é de 20 anos, vigorando a partir da data de sua produção ou, alternativamente, poderá ser estabelecida como termo final de restrição de acesso a ocorrência de determinado evento, desde que este ocorra antes do transcurso do prazo máximo citado de 20 anos.
- Em conformidade com a Lei Federal nº 12.527/2011, está correto o que se afirma em
- (A) II e III, apenas.
 - (B) I, apenas.
 - (C) III, apenas.
 - (D) I, II e III.
 - (E) I e II, apenas.
-
21. Com relação ao processo licitatório, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021,
- (A) os valores, os preços e os custos utilizados terão sempre como expressão monetária a moeda corrente nacional, inclusive nas licitações de âmbito internacional.
 - (B) a prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, somente mediante apresentação de original, sendo sempre obrigatório o reconhecimento de firma nos documentos que contiverem assinaturas físicas.
 - (C) os atos praticados no processo licitatório são sempre públicos, com base no Princípio da Transparência da Administração Pública.
 - (D) não poderá disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, dentre outros, pessoa física ou jurídica que, nos 10 anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, ainda que sem trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
 - (E) não poderá disputar licitação ou participar de execução de contrato, direta ou indiretamente, dentre outros, pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.
-
22. Carlos, brasileiro, com 25 anos de idade, é advogado; Carolina, brasileira, completou 17 anos de idade na última semana e é estudante do ensino médio; Leonardo, brasileiro, com 35 anos de idade, é vendedor e analfabeto. Nessas situações, considerando apenas as informações fornecidas, em conformidade com a Constituição Federal de 1988, o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para Carlos e
- (A) facultativos para Carolina e Leonardo, sendo que apenas Carlos poderá concorrer ao cargo de Governador de Estado nas próximas eleições que ocorrerão em outubro de 2026.
 - (B) facultativos para Carolina e Leonardo, sendo que nenhum deles poderá concorrer ao cargo de Governador de Estado nas próximas eleições que ocorrerão em outubro de 2026.
 - (C) Carolina, sendo proibidos para Leonardo, podendo apenas Carlos concorrer ao cargo de Governador de Estado nas próximas eleições que ocorrerão em outubro de 2026.
 - (D) facultativos para Carolina, sendo proibidos para Leonardo, podendo apenas Carlos concorrer ao cargo de Governador de Estado nas próximas eleições que ocorrerão em outubro de 2026.
 - (E) Leonardo, sendo facultativos para Carolina, podendo apenas Carlos concorrer ao cargo de Governador de Estado nas próximas eleições que ocorrerão em outubro de 2026.

**Regulação e Agências Reguladoras**

23. Segundo a Lei Complementar Estadual nº 1.413/2024, as agências reguladoras possuem autonomia
- I. decisória.
 - II. administrativa.
 - III. orçamentária.
 - IV. financeira.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, II e III, apenas.
 - (B) I, II e IV, apenas.
 - (C) I, II, III e IV.
 - (D) I e II, apenas.
 - (E) III e IV, apenas.
-
24. O Estado de São Paulo pretende celebrar uma parceria público-privada (PPP) de obra pública de transporte, em que o parceiro privado seja remunerado tanto pelas tarifas pagas pelos usuários quanto pelo Poder Público. Nesse caso, deve ser celebrado um contrato administrativo de
- (A) permissão administrativa.
 - (B) permissão patrocinada.
 - (C) concessão comum.
 - (D) concessão administrativa.
 - (E) concessão patrocinada.
-
25. De acordo com a Lei Federal nº 11.079/2004, a contratação de parceria público-privada será precedida de licitação na modalidade
- (A) concorrência ou diálogo competitivo.
 - (B) pregão ou concurso.
 - (C) leilão ou pregão.
 - (D) concorrência ou concurso.
 - (E) leilão ou diálogo competitivo.
-
26. Uma empresa privada de transporte descumpriu regras do contrato de parceria público-privada com o Estado de São Paulo, causando prejuízos ao serviço. Nesse caso, a agência reguladora competente deve
- (A) solicitar autorização à Secretaria de Governo para instaurar processo administrativo sancionatório.
 - (B) instaurar processo administrativo sancionatório, garantindo à empresa os direitos ao contraditório e à ampla defesa.
 - (C) notificar a empresa que, em caso de novo descumprimento contratual, será aplicada multa.
 - (D) extinguir o contrato de forma unilateral, sendo vedado à empresa privada recorrer dessa decisão.
 - (E) aplicar multa e, somente após, instaurar processo administrativo sancionatório.
-
27. De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 1.413/2024, o órgão de correição das agências reguladoras é
- (A) a Procuradoria.
 - (B) o Conselho Consultivo.
 - (C) a Ouvidoria.
 - (D) a Corregedoria.
 - (E) o Conselho Diretor.



28. Cabe à ARTESP, na forma da Lei Complementar Estadual nº 1.413/2024, fiscalizar, controlar e regular, no âmbito do Estado, serviços públicos de transporte e de infraestrutura de transporte delegadas, autorizadas, permitidas ou concedidas a entidades de direito privado, incluindo infraestruturas e serviços de transporte
- I. rodoviário.
 - II. hidroviário.
 - III. metroferroviário.
- Está correto o que se afirma em
- (A) III, apenas.
 - (B) II e III, apenas.
 - (C) I, apenas.
 - (D) I, II e III.
 - (E) I e II, apenas.
-
29. De acordo com a Lei Estadual nº 17.293/2020, a competência para delegar à ARTESP as funções de regulação e fiscalização dos serviços públicos de transporte previstos em lei é
- (A) do Poder Executivo Estadual.
 - (B) das Agências Reguladoras de Serviços Públicos Municipais.
 - (C) das Secretarias Municipais dos Transportes de cada Município.
 - (D) do Poder Legislativo Estadual.
 - (E) do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.
-
30. A Lei Estadual nº 9.361/1996, que criou o Programa Estadual de Desestatização, estabelece como um de seus objetivos permitir à Administração Pública o oferecimento de serviços e equipamentos públicos com atendimento dos requisitos de regularidade, eficiência e
- (A) gratuidade.
 - (B) universalidade.
 - (C) solidariedade.
 - (D) integralidade.
 - (E) modicidade.
-
31. De acordo com a Lei Estadual nº 11.688/2004, os contratos de parceria público-privada devem prever que, no caso de seu objeto reportar-se a setores regulados, as regras de desempenho das atividades e serviços serão submetidas àquelas determinadas
- (A) por decreto específico criado para este fim.
 - (B) pela agência reguladora correspondente.
 - (C) pela Secretaria de Governo correspondente.
 - (D) por acordo entre o poder público e o parceiro privado.
 - (E) por lei específica criada para este fim.

Excel

32. Uma equipe de planejamento está analisando uma planilha de desempenho mensal no Microsoft Excel, na versão mais recente em português brasileiro, contendo uma coluna com resultados numéricos referentes à produtividade. Para facilitar a visualização dos valores que ultrapassam um limite previamente definido pela gestão, o analista deve aplicar um recurso que preencha em vermelho claro todas as células da coluna cujos valores estejam acima desse parâmetro. A ação que executa adequadamente essa necessidade é
- (A) inserir a Validação de Dados impedindo que valores superiores ao parâmetro sejam digitados e definindo alerta visual em vermelho claro para novas inserções.
 - (B) aplicar os Subtotais agrupando registros por faixas de valores e separando os grupos que excedem o limite definido pela equipe, marcando-os de vermelho claro.
 - (C) criar a Tabela Dinâmica filtrando os valores acima do limite e alterando o estilo da tabela para destacar automaticamente os registros filtrados na cor vermelho claro.
 - (D) configurar a Formatação Condicional com regra do tipo "É maior do que", vinculada ao parâmetro estabelecido, aplicando preenchimento vermelho claro para as células destacadas.
 - (E) utilizar a Classificação Personalizada ordenando a coluna em ordem decrescente para posicionar os valores acima do limite no topo da lista; a cor é automaticamente preenchida.



33. Uma equipe de tratamento de dados da ARTESP está revisando regras de padronização textual utilizadas em planilhas do Microsoft Excel, na versão mais recente em português brasileiro, para organizar códigos de linhas, nomes de estações e descrições operacionais. As regras definidas pela equipe estão descritas abaixo.
- I. Extrai a parte interna de um texto ao definir posição inicial e quantidade de caracteres.
 - II. Retorna a quantidade total de caracteres de um texto, incluindo espaços.
 - III. Une textos de diferentes células em uma única cadeia, sem inserir separadores automaticamente.
 - IV. Retorna os caracteres finais de um texto conforme o número informado pelo usuário.
 - V. Retorna os caracteres iniciais de um texto conforme a quantidade desejada.
 - VI. Identifica a posição de um caractere dentro de um texto e pode iniciar a busca a partir de uma posição específica.

As funções que executam as regras de I a VI são, correta e respectivamente:

- (A) LOCALIZAR; CONCATENAR; NÚM.CARACT; EXT.TEXTO; DIREITA; ESQUERDA
 - (B) NÚM.CARACT; EXT.TEXTO; DIREITA; LOCALIZAR; CONCATENAR; ESQUERDA
 - (C) EXT.TEXTO; NÚM.CARACT; CONCATENAR; DIREITA; ESQUERDA; LOCALIZAR
 - (D) DIREITA; LOCALIZAR; EXT.TEXTO; ESQUERDA; NÚM.CARACT; CONCATENAR
 - (E) ESQUERDA; DIREITA; LOCALIZAR; CONCATENAR; EXT.TEXTO; NÚM.CARACT
-
34. Uma analista da ARTESP está atualizando uma planilha no Microsoft Excel, na versão mais recente em português brasileiro, com informações de tarifas para diferentes tipos de serviços ofertados. Para consultar rapidamente o valor da tarifa aplicada a um determinado serviço, a analista utiliza a planilha abaixo.

	A	B
1	Serviço	Tarifa
2	Ônibus Urbano	5,00
3	Ônibus Intermunicipal	8,20
4	Metrô	6,40
5	Trem Metropolitano	5,60

As letras A e B, na primeira linha, representam os indicadores de colunas e os números de 1 a 5, na primeira coluna, os indicadores das linhas. Considerando que o tipo de serviço a ser consultado está registrado na célula E1, a fórmula que deve ser digitada na célula F1 que retorna corretamente o valor da tarifa do serviço informado em E1 é:

- (A) =PROCX(E1;A2:A5;B2:B5;VERDADEIRO).
 - (B) =PROCV(E1;B2:A5;1;FALSO).
 - (C) =PROCV(E1;A2:B5;1;VERDADEIRO).
 - (D) =PROCV(E1;A2:B5;2;FALSO).
 - (E) =PROCH(E1;A1:B5;2;FALSO).
-
35. Um analista de planejamento operacional da ARTESP está validando uma expressão inserida no Microsoft Excel, na versão mais recente em português brasileiro, para avaliar o impacto de lotação em uma linha de ônibus. A célula E2 contém uma fórmula para calcular um índice com base nos valores abaixo:

A2 = 10 // limite de passageiros por viagem
 B2 = 14 // passageiros transportados
 C2 = 6 // número de viagens no dia
 D2 = 2 // fator de ajuste

A expressão utilizada na célula E2 é:

=SE(E(B2 > A2; C2 >= 5); (B2 - A2) * C2 + 2^D2; SE(OU(B2 = A2; C2 < 5); (A2 - B2) * D2; C2^D2))

Ao ser executada a fórmula, o valor final apresentado na célula E2 é:

- (A) 40
- (B) 28
- (C) 24
- (D) 18
- (E) 16

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Legislação**

36. Milton é vítima de crime de abuso de autoridade por ter sido constrangido, mediante grave ameaça, por uma Autoridade Policial, a produzir prova contra si mesmo. Após o trâmite regular do Inquérito Policial, o Ministério Público, inerte, não apresentou qualquer manifestação, deixando de oferecer a denúncia contra o autor do delito, intentando a ação penal, dentro do prazo legal. Nesse caso, nos termos da Lei Federal nº 13.869/2019, caracterizada a inércia do membro do Ministério Público, o ofendido Milton
- (A) poderá ajuizar ação penal privada subsidiária da pública, no prazo de 6 (seis) meses, contado da data em que se esgotar o prazo para o oferecimento da denúncia.
 - (B) não poderá ajuizar ação penal privada subsidiária da pública por falta de previsão legal na Lei de Abuso de Autoridade.
 - (C) poderá ajuizar ação penal privada subsidiária da pública, no prazo de 2 (dois) meses, contado da data em que se esgotar o prazo para o oferecimento da denúncia.
 - (D) poderá ajuizar ação penal privada subsidiária da pública, no prazo de 3 (três) meses, contado da data em que se esgotar o prazo para o oferecimento da denúncia.
 - (E) poderá ajuizar ação penal privada subsidiária da pública, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data em que se esgotar o prazo para o oferecimento da denúncia.
-
37. José foi condenado por crime previsto na Lei nº 13.869/2019, após decretar a condução coercitiva de investigado manifestamente descabida. José é reincidente em crime de abuso de autoridade. Nesse caso, além de outros efeitos da condenação, José está sujeito à inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de
- (A) 2 (dois) a 8 (oito) anos, e será automático, não precisando ser declarado motivadamente na sentença.
 - (B) 1 (um) a 3 (três) anos, e será automático, não precisando ser declarado motivadamente na sentença.
 - (C) 1 (um) a 5 (cinco) anos, que não será automático, devendo ser declarado motivadamente na sentença.
 - (D) 2 (dois) a 8 (oito) anos, que não será automático, devendo ser declarado motivadamente na sentença.
 - (E) 1 (um) a 5 (cinco) anos, e será automático, não precisando ser declarado motivadamente na sentença.
-
38. Rinaldo e Moisés, policiais civis, realizaram o cumprimento de mandado de busca e apreensão deferido pelo Poder Judiciário no imóvel do investigado Tulio, às 20h00 de um determinado dia da semana, encerrando a diligência por volta de 21h00. Nesse caso, Rinaldo e Moisés
- (A) cometeram crime previsto na Lei de Abuso de Autoridade, com pena prevista de reclusão de 1 (um) a 2 (dois) anos.
 - (B) cometeram crime previsto na Lei de Abuso de Autoridade, com pena prevista de reclusão de 2 (dois) a 4 (quatro) anos.
 - (C) cometeram crime previsto na Lei de Abuso de Autoridade, com pena prevista de detenção de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos.
 - (D) cometeram crime previsto na Lei de Abuso de Autoridade, com pena prevista de detenção de 1 (um) a 4 (quatro) anos.
 - (E) não cometeram nenhum crime previsto na Lei de Abuso de Autoridade.
-
39. Os crimes previstos na Lei de Abuso de Autoridade são de ação penal
- (A) privada exclusiva.
 - (B) pública incondicionada ou ação penal privada exclusiva.
 - (C) pública incondicionada.
 - (D) pública incondicionada, pública condicionada à representação ou ação penal privada exclusiva.
 - (E) pública condicionada à representação ou ação penal privada exclusiva.
-
40. Uma das penas restritivas de direitos substitutiva das privativas de liberdade previstas na Lei nº 13.869/2019 é a suspensão do exercício do cargo, da função ou do mandato, pelo prazo de
- (A) 6 (seis) meses a 1 (um) ano, sem a perda dos vencimentos e das vantagens.
 - (B) 1 (um) a 6 (seis) meses, com a perda dos vencimentos e das vantagens.
 - (C) 3 (três) a 9 (nove) meses, sem a perda dos vencimentos e das vantagens.
 - (D) 6 (seis) meses a 1 (um) ano, com a perda dos vencimentos e das vantagens.
 - (E) 1 (um) a 6 (seis) meses, sem a perda dos vencimentos e das vantagens.
-
41. Delegado de Polícia responsável pelo distrito policial de município paulista constrangeu, sob ameaça de prisão, pessoa que decidiu exercer o direito ao silêncio, prosseguindo com seu interrogatório extrajudicial. Nesse caso, o Delegado de Polícia cometeu, em tese, crime de abuso de autoridade e está sujeito à pena de
- (A) detenção de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.
 - (B) detenção de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.
 - (C) reclusão de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, e multa.
 - (D) reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa.
 - (E) detenção de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.



42. Paulo, médico cardiologista, comparece à Delegacia de Polícia, após ser intimado para prestar depoimento em determinado inquérito policial no qual figura como suspeito seu paciente Rodolfo. Ao ser questionado pela Autoridade Policial, Paulo declara que irá manter a confidencialidade do histórico médico e das informações de saúde do seu paciente investigado Rodolfo, na esteira do Código de Ética Médica. Contudo, a Autoridade Policial constrange Rodolfo, sob ameaça de prisão, a prestar depoimento.
- Nesse caso, a Autoridade Policial
- (A) cometeu crime de abuso de autoridade e está sujeito à pena de detenção de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa.
 - (B) cometeu crime de abuso de autoridade e está sujeito à pena de detenção de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.
 - (C) cometeu crime de abuso de autoridade e está sujeito à pena de reclusão de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.
 - (D) não cometeu crime de abuso de autoridade, pois Paulo tem o dever, como testemunha, de prestar depoimento sobre os fatos, sob pena de falso testemunho.
 - (E) cometeu crime de abuso de autoridade e está sujeito à pena de detenção de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.
-
43. Nos termos preconizados pela Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), a ação para aplicação das sanções previstas no referido Diploma Legal prescreve em
- (A) 8 (oito) anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.
 - (B) 4 (quatro) anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.
 - (C) 12 (doze) anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.
 - (D) 6 (seis) anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.
 - (E) 10 (dez) anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.
-
44. Nos termos da Lei nº 8.429/1992, constitui ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito, mediante a prática de ato doloso, em razão do exercício de cargo na administração direta do Estado de São Paulo, dentre outros,
- (A) permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente.
 - (B) receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para tolerar a exploração ou a prática de jogos de azar.
 - (C) celebrar parcerias da administração pública com entidades privadas sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.
 - (D) permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.
 - (E) conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.
-
45. Marcelo e Ramiro, servidores públicos, ocupantes de cargos efetivos em Secretaria do Estado de São Paulo, ordenam a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento. Instaurada a ação judicial pertinente, ao final Marcelo e Ramiro são condenados pela prática de ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário. Nos termos da Lei nº 8.429/1992, Marcelo e Ramiro estão sujeitos, dentre outras penas, à suspensão dos direitos políticos até
- (A) 15 (quinze) anos.
 - (B) 16 (dezesesseis) anos.
 - (C) 13 (treze) anos.
 - (D) 14 (quatorze) anos.
 - (E) 12 (doze) anos.
-
46. Nos termos da Lei nº 8.429/1992, o Acordo de não Persecução Civil, celebrado pelo Ministério Público, conforme as circunstâncias específicas do caso concreto, uma vez caracterizado ato de improbidade administrativa,
- (A) não poderá ser celebrado no momento da execução da sentença condenatória transitada em julgado.
 - (B) dependerá de homologação judicial apenas se for celebrado após a propositura da ação.
 - (C) dependerá de aprovação, no prazo de até 60 (sessenta) dias, pelo órgão do Ministério Público competente para apreciar as promoções de arquivamento de inquéritos civis, se anterior ao ajuizamento da ação.
 - (D) deverá ser cumprido, sob pena de, havendo descumprimento das condições estabelecidas, o investigado ou o demandado ficar impedido de celebrar novo acordo pelo prazo de até 3 (três) anos, contado do conhecimento pelo Ministério Público do efetivo descumprimento.
 - (E) dependerá da oitiva do ente federativo lesado apenas se for celebrado em momento anterior à propositura da ação.



47. Nos termos preconizados pela Lei nº 8.429/1992, havendo a possibilidade de solução consensual, na ação proposta para aplicação de sanções pela prática de ato de improbidade administrativa, poderão as partes requerer ao juiz a
- (A) suspensão do prazo para a contestação, por prazo não superior a 90 (noventa) dias.
 - (B) suspensão do prazo para a contestação, por prazo não superior a 60 (sessenta) dias.
 - (C) suspensão do prazo para a contestação, por prazo não superior a 120 (cento e vinte) dias.
 - (D) interrupção do prazo para a contestação, por prazo não superior a 90 (noventa) dias.
 - (E) interrupção do prazo para a contestação, por prazo não superior a 120 (cento e vinte) dias.
-
48. O Promotor de Justiça Saulo, que atua na área da Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social é designado para atuar em uma investigação de possíveis atos de improbidade administrativa praticados por um Prefeito e um Vereador de determinado município paulista. Para tanto, Saulo instaura formalmente o Inquérito Civil para apuração dos ilícitos, na esteira da Lei nº 8.429/1992. Neste caso, o prazo prescricional será
- (A) suspenso por, no máximo, 120 (cento e vinte) dias corridos, recomeçando a correr após a sua conclusão ou, caso não concluído o processo, esgotado o prazo de suspensão.
 - (B) suspenso por, no máximo, 90 (noventa) dias corridos, recomeçando a correr após a sua conclusão ou, caso não concluído o processo, esgotado o prazo de suspensão.
 - (C) interrompido, retomando em seguida o seu curso regular.
 - (D) suspenso por, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias corridos, recomeçando a correr após a sua conclusão ou, caso não concluído o processo, esgotado o prazo de suspensão.
 - (E) suspenso por, no máximo, 270 (duzentos e setenta) dias corridos, recomeçando a correr após a sua conclusão ou, caso não concluído o processo, esgotado o prazo de suspensão.
-
49. Dorival, Prefeito de um determinado município paulista, é acusado de cometer ato de improbidade administrativa que causou elevado prejuízo ao erário municipal. Após o ajuizamento da ação de improbidade administrativa, vislumbrando a necessidade de afastamento de Dorival do exercício do cargo por entender ser necessária à instrução processual e, ainda, para evitar a iminente prática de novos ilícitos, o Ministério Público apresenta pedido fundamentado ao Magistrado competente. Nesse caso, de acordo com a Lei nº 8.429/1992, presentes os requisitos legais, a autoridade judicial competente poderá determinar o afastamento do Prefeito do exercício do cargo sem prejuízo da remuneração, pelo prazo de até
- (A) 90 dias, improrrogáveis.
 - (B) 90 dias, prorrogáveis uma única vez por igual prazo, mediante decisão motivada.
 - (C) 60 dias, improrrogáveis.
 - (D) 120 dias, improrrogáveis.
 - (E) 120 dias, prorrogáveis uma única vez por igual prazo, mediante decisão motivada.
-
50. Sobre o procedimento administrativo e o processo judicial, na esteira da Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa),
- (A) da decisão que converter a ação de improbidade em ação civil pública caberá recurso de apelação.
 - (B) é vedada a decretação de indisponibilidade do bem de família do réu, mesmo se o imóvel for comprovadamente fruto de vantagem patrimonial indevida decorrente da prática de ato de improbidade.
 - (C) havendo a possibilidade de solução consensual, poderão as partes requerer ao juiz a interrupção do prazo para a contestação, por prazo não superior a 60 (sessenta) dias.
 - (D) a ação para a aplicação das sanções previstas na referida Lei deverá ser proposta perante o foro do domicílio do réu, ou do local onde ocorrer o dano, ou da pessoa jurídica prejudicada.
 - (E) é vedada a decretação de indisponibilidade da quantia de até 40 (quarenta) salários-mínimos depositados em caderneta de poupança, em outras aplicações financeiras ou em conta corrente.
-
51. Nos termos preconizados pela Lei nº 8.429/1992, sobre o sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa, tutelando a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social,
- (A) o mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, não afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa, que se configura também nas hipóteses de negligência, imprudência ou imperícia.
 - (B) as disposições da referida Lei não são aplicáveis àquele que, não sendo agente público, induza ou concorra dolosamente para a prática do ato de improbidade, devendo sua conduta ser apurada nos termos da legislação comum.
 - (C) estão sujeitos às sanções da referida Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de entes públicos ou governamentais nela previstos.
 - (D) os diretores de pessoa jurídica de direito privado respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, ainda que não tenham participado ou auferido benefícios diretos com a prática do ato.
 - (E) o sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente estão sujeitos à obrigação de repará-lo integralmente, não se limitando o dever de reparação ao valor da herança ou do patrimônio transferido.



52. Sobre os recursos nos procedimentos administrativos no âmbito da Administração Pública do Estado de São Paulo, regidos pela Lei Estadual nº 10.177/1998,
- (A) o prazo para apresentação de recurso será, em regra, de 10 (dez) dias contados da publicação ou notificação do ato.
 - (B) os recursos serão recebidos nos efeitos suspensivo e devolutivo, salvo quando houver disposição legal em contrário.
 - (C) na administração descentralizada, a instância máxima para o recurso administrativo será o Secretário do Estado, excetuados os casos em que o ato tenha sido originariamente praticado por ele.
 - (D) contra decisões tomadas originariamente pelo Governador do Estado caberá pedido de reconsideração, que não poderá ser renovado.
 - (E) caberá correição parcial contra atos de mero expediente ou preparatórios de decisões.
-
53. Na esteira da Lei Estadual nº 10.177/1998 que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública do Estado de São Paulo, o Decreto é ato de competência
- (A) privativa dos órgãos colegiados.
 - (B) privativa do Governador do Estado.
 - (C) comum dos Secretários de Estado, do Procurador Geral do Estado e dos Reitores das Universidades.
 - (D) comum do Governador do Estado e dos Secretários de Estado.
 - (E) privativa dos Secretários de Estado, do Procurador Geral do Estado e dos Reitores das Universidades.
-
54. Sobre os procedimentos administrativos no âmbito da Administração Pública do Estado de São Paulo, de acordo com a Lei Estadual nº 10.177/1998,
- (A) quando a matéria do processo envolver assunto de interesse geral, o órgão competente poderá, mediante despacho motivado, autorizar consulta pública para manifestação de terceiros, antes da decisão do pedido, se não houver prejuízo para a parte interessada.
 - (B) será obrigatória a citação pessoal do acusado, em procedimento sancionatório, sendo vedada a citação por edital, ainda que o interessado não seja encontrado.
 - (C) o prazo para decisão final será de 15 (quinze) dias, quando não houver outro estabelecido em lei, podendo ser prorrogado, caso a caso, uma vez, por igual período, pela autoridade superior.
 - (D) a Administração poderá recusar-se a protocolar a petição de pessoa física contra ilegalidade ou abuso de poder, se o agente entender ser ela descabida.
 - (E) os procedimentos não serão impulsionados e instruídos de ofício, devendo ser aguardada a provocação da pessoa interessada.
-
55. Maurício, servidor público de uma determinada Secretaria do Governo do Estado de São Paulo, pratica ato, mesmo sem ter a competência legal para tanto, concedendo autorização para uso de certo bem público. Nesse caso, em conformidade com a Lei Estadual nº 10.177/1998, não se tratando de competência indelegável e não havendo prejuízo à Administração ou a terceiros, a autoridade superior, que possui a competência legal para a prática do ato,
- (A) não precisará convalidar o ato administrativo, uma vez que se está diante de mero vício de competência que não prejudica a plena validade do ato, podendo o servidor, eventualmente, responder administrativamente pela sua conduta.
 - (B) poderá convalidar o ato administrativo, sanando o vício de competência, sem a necessidade de formalização por ato motivado.
 - (C) deverá anular o ato praticado pelo servidor Maurício, reconhecendo o vício formal, cabendo à parte interessada veicular novo pedido administrativo.
 - (D) não poderá convalidar o ato administrativo, praticado com vício de competência, devendo o pedido retomar o trâmite inicial na repartição competente.
 - (E) poderá convalidar, motivadamente, o ato administrativo do servidor Maurício, praticado com vício de competência.
-
56. Tício, funcionário público de uma Secretaria do Governo do Estado de São Paulo, pratica ato, em tese, passível de punição administrativa. De acordo com a Lei Estadual nº 10.177/1998, instaurado o procedimento sancionatório pela autoridade competente em face de Tício, ele será citado ou intimado, com cópia do ato de instauração, para oferecer resposta e indicar as provas que pretende produzir no prazo de
- (A) 30 (trinta) dias.
 - (B) 5 (cinco) dias.
 - (C) 15 (quinze) dias.
 - (D) 10 (dez) dias.
 - (E) 20 (vinte) dias.



57. A empresa "YXZ" celebrou contrato administrativo com o Estado de São Paulo que teve por escopo a execução de serviço público, após sair vencedora em determinado procedimento licitatório. No trâmite do contrato, a empresa contratada tornou-se inadimplente com as obrigações financeiras garantidas para o desempenho do serviço para o qual foi contratada. Nesse caso, na esteira da Lei Estadual nº 7.835/1992, em caráter excepcional, o Poder concedente poderá declarar, por ato motivado, a intervenção, com o fim exclusivo de assegurar regularidade e adequação na execução do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes. Conforme previsto legalmente, a intervenção, ao final da qual poderá haver a devolução do serviço ao concessionário ou a extinção da concessão, não poderá ser superior a
- (A) 120 (cento e vinte) dias.
 - (B) 180 (cento e oitenta) dias.
 - (C) 1 (um) ano.
 - (D) 60 (sessenta) dias.
 - (E) 90 (noventa) dias.
-
58. Nos termos da Lei Estadual nº 10.294/1999, integram o Sistema de Defesa do Usuário de Serviços Públicos (SEDUSP),
- (A) os Conselhos de Ética, como unidades centrais, e a Controladoria Geral do Estado, por intermédio da Ouvidoria Geral do Estado, como órgão setorial.
 - (B) a Controladoria Geral do Estado, por intermédio da Ouvidoria Geral do Estado, como órgão central, e as Ouvidorias dos órgãos e entidades do Poder Executivo estadual, como unidades setoriais.
 - (C) a Controladoria Geral do Estado, por intermédio da Ouvidoria Geral do Estado, como unidade setorial, e as Ouvidorias dos órgãos e entidades do Poder Executivo estadual, como órgão central.
 - (D) as Ouvidorias dos órgãos e entidades do Poder Executivo estadual, como órgão central, e os Conselhos de Ética, como unidades setoriais.
 - (E) a Controladoria Geral do Estado, por intermédio da Ouvidoria Geral do Estado, como órgão central, e os Conselhos de Ética, como unidades setoriais.
-
59. Maria, cidadã idosa, residente na cidade de São Paulo, compareceu a uma repartição pública estadual para obter uma certidão e lá foi tratada de forma desrespeitosa pela funcionária pública "X", que ali laborava, a qual ainda exigiu que ela aguardasse na fila, deixando de assegurar a prioridade aos idosos. Inconformada, Maria apresentou representação ao órgão competente para apuração de eventual infração, solicitando a instauração de processo administrativo contra a funcionária "X". A representação ofertada por Maria foi rejeitada, por decisão fundamentada. Nesse caso, nos termos preconizados pela Lei nº 10.294/1999, contra esta decisão
- (A) caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias a contar da intimação de Maria ou de seu representante, sendo dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar a sua decisão ou fazê-lo subir devidamente informado.
 - (B) caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias a contar da intimação de Maria ou de seu representante, sendo dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual não poderá reconsiderar a sua decisão e deverá fazê-lo subir devidamente informado.
 - (C) não caberá qualquer recurso, por ausência de previsão legal.
 - (D) caberá recurso no prazo de 10 (dez) dias a contar da intimação de Maria ou de seu representante, sendo dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar a sua decisão ou fazê-lo subir devidamente informado.
 - (E) caberá recurso no prazo de 10 (dez) dias a contar da intimação de Maria ou de seu representante, sendo dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual não poderá reconsiderar a sua decisão e deverá fazê-lo subir devidamente informado.
-
60. Nos termos preconizados pela Lei Estadual nº 10.294/1999, a qualidade do serviço público é pautada, dentre outros, pelo princípio da efetividade da gestão pública, assim considerada a
- (A) capacidade de atendimento das reais necessidades da população.
 - (B) capacidade de promover os resultados pretendidos com o alcance máximo da meta traçada.
 - (C) igualdade de tratamento que a administração deve dispensar aos administrados que estejam na mesma situação jurídica.
 - (D) necessidade de o administrador realizar o que estiver previsto na lei.
 - (E) capacidade de promover os resultados pretendidos com o dispêndio mínimo de recursos.
-
61. Uma das hipóteses de extinção da concessão do serviço público se dá quando há a retomada, pelo Poder Público concedente, do serviço público anteriormente concedido a um particular, antes do fim do prazo da concessão, por razões de interesse público, mediante pagamento de indenização à concessionária, sem que haja inadimplemento contratual por parte desta.
- Trata-se da
- (A) extinção ou falência da empresa concessionária.
 - (B) incapacidade do titular da concessão.
 - (C) encampação.
 - (D) caducidade.
 - (E) anulação.



62. Sobre o regime de exploração dos serviços, na esteira do Decreto Estadual nº 29.912/2019, que aprova o Regulamento do Serviço Intermunicipal de Transporte Coletivo de passageiros sob fretamento no Estado de São Paulo,
- (A) fretamento eventual é o serviço de transporte de passageiros prestado a pessoa jurídica, mediante contrato escrito, para um determinado número de viagens, destinado ao transporte de usuários definidos, que se qualificam por manterem vínculo específico com a contratante para desempenho de sua atividade.
 - (B) fretamento contínuo é o serviço prestado a um cliente ou a um grupo de pessoas, mediante contrato escrito, para uma viagem.
 - (C) a empresa transportadora comunicará mensalmente até o último dia útil do mês seguinte ao departamento de estradas de rodagem o número de viagens realizadas sob fretamento eventual, com indicação da data de início e fim de cada uma, origem e destino, bem como o número de passageiros transportados.
 - (D) entende-se por serviço de transporte intermunicipal coletivo de passageiros sob fretamento aquele que se destine à condução de pessoas, sem cobrança individual de passagem, podendo assumir caráter de serviço aberto ao público.
 - (E) os serviços de transporte de passageiros sob fretamento poderão operar o regime de linha regular, salvo autorização justificada do departamento de estradas de rodagem.
-
63. Sobre a concessão de obras públicas e a concessão e a permissão de serviços públicos, na esteira da Lei Estadual nº 7.835/1992,
- (A) além da tarifa, cobrada diretamente dos usuários, o Poder Concedente poderá estabelecer ainda, em favor do concessionário, de acordo com as peculiaridades do serviço, outras fontes acessórias de receita, na forma prevista no edital, as quais deverão ser consideradas de modo a assegurar a modicidade da tarifa.
 - (B) a encampação, ao término do prazo contratual, será feita sem indenização, salvo quando ocorrer a hipótese de implementação do capital ainda não amortizado, deduzida a depreciação dos bens, proveniente de seu desgaste ou de sua obsolescência.
 - (C) as contratações feitas pelo concessionário serão regidas pelo direito privado, sendo possível, contudo, estabelecer relação jurídica entre terceiros contratados e o Poder Concedente.
 - (D) não será admitida a prorrogação do contrato de concessão, ainda que haja previsão no edital.
 - (E) incumbe ao concessionário a execução direta e pessoal do serviço concedido, cabendo-lhe responder, independentemente de dolo ou culpa, por todos os prejuízos causados ao Poder Público, aos usuários e a terceiros, mas a fiscalização exercida pelo órgão competente poderá excluir ou atenuar essa responsabilidade.
-
64. A execução do serviço de transporte coletivo regular de passageiros por ônibus, na Região Metropolitana de São Paulo, poderá ser delegada a empresas qualificadas, mediante autorização ou permissão. Nos termos do Decreto Estadual nº 24.675/1985, a permissão será outorgada pelo prazo de até
- (A) 8 (oito) anos e a empresa permissionária deverá, seis meses antes do vencimento do prazo da permissão, manifestar seu interesse em renová-la, cabendo à Secretaria competente decidir da conveniência da renovação, observadas as condições previstas no Regulamento.
 - (B) 8 (oito) anos e a renovação será automática, após esse prazo, mantidas as mesmas condições, salvo se a Secretaria competente decidir não ser mais de interesse da Administração Pública a renovação, caso em que deverá comunicar a empresa permissionária até três meses antes do encerramento do prazo.
 - (C) 3 (três) anos e a renovação será automática, após esse prazo, mantidas as mesmas condições, salvo se a Secretaria competente decidir não ser mais de interesse da Administração Pública a renovação, caso em que deverá comunicar a empresa permissionária até três meses antes do encerramento do prazo.
 - (D) 5 (cinco) anos e a empresa permissionária deverá, seis meses antes do vencimento do prazo da permissão, manifestar seu interesse em renová-la, cabendo à Secretaria competente decidir da conveniência da renovação, observadas as condições previstas no Regulamento.
 - (E) 5 (cinco) anos e a renovação será automática, após esse prazo, mantidas as mesmas condições, salvo se a Secretaria competente decidir não ser mais de interesse da Administração Pública a renovação, caso em que deverá comunicar a empresa permissionária até três meses antes do encerramento do prazo.
-
65. Paulo e Raul são cotistas de uma pessoa jurídica de direito privado à qual é imputado ato de improbidade administrativa. Nesse caso, nos termos da Lei nº 8.429/1992, Paulo e Raul
- (A) poderão responder pelo ato de improbidade administrativa imputado à pessoa jurídica da qual são cotistas, se comprovadamente houver participação e benefícios diretos, e responderão com seus patrimônios independentemente dos limites de suas respectivas participações.
 - (B) poderão responder, assim como todos os demais cotistas, sócios e diretores, pelo ato de improbidade administrativa, independentemente de participação no ato ou recebimento de benefícios diretos, e responderão com seus patrimônios independentemente dos limites de suas respectivas participações na empresa.
 - (C) poderão responder, assim como todos os demais cotistas, sócios e diretores, pelo ato de improbidade administrativa, independentemente de participação no ato ou recebimento de benefícios diretos, respeitando-se, contudo, os limites de suas participações na empresa.
 - (D) não responderão, em hipótese alguma pelo ato de improbidade administrativa imputado à pessoa jurídica da qual são meros cotistas.
 - (E) poderão responder pelo ato de improbidade administrativa imputado à pessoa jurídica da qual são cotistas, se comprovadamente houver participação e benefícios diretos, caso em que responderão nos limites da sua participação.



66. Paulo, diretor da Transportadora "Vai e Volta", que presta serviço intermunicipal de transporte coletivo de passageiros, sob o regime de fretamento, no Estado de São Paulo, é condenado definitivamente pelo crime de corrupção. Mesmo assim, a empresa decide mantê-lo no cargo após a sentença condenatória transitada em julgado. Nesse caso, nos termos preconizados pelo Decreto Estadual nº 29.912/1989, caberá ser aplicada à empresa "Vai e Volta" a penalidade de
- (A) apreensão dos veículos da frota.
 - (B) afastamento do preposto do serviço.
 - (C) declaração de inidoneidade.
 - (D) multa.
 - (E) dissolução legal.
-
67. A transportadora "Magic Way" realiza no Estado de São Paulo serviços de transporte coletivo intermunicipal, sob o regime de fretamento, os quais deverão ser executados por veículos de características rodoviárias que satisfaçam as condições de segurança, conforto, higiene, bem como especificações exigidas pelo departamento de estradas de rodagem. Nos termos do Decreto Estadual nº 29.9212/1989, observado o limite de 20 (vinte) anos de idade para a utilização nos serviços de fretamento, o percentual de veículos do tipo M3, conforme classificação do CONTRAN e normas técnicas aplicáveis, com mais de 15 (quinze) anos de fabricação, que a transportadora "Magic Way" poderá ter em sua frota para executar esses serviços não poderá ultrapassar
- (A) 10%
 - (B) 40%
 - (C) 30%
 - (D) 50%
 - (E) 20%
-
68. Nos termos do Decreto estadual nº 29.912/1989, os pedidos de registro das empresas na modalidade fretamento e suas renovações deverão ser instruídos com diversos documentos, dentre eles a relação dos veículos disponíveis para a realização do serviço, que deverão ser ônibus rodoviários M3 ou micro-ônibus M2 e M3, com tempo de fabricação especificado no Decreto, e comprovação de pelo menos
- (A) 3 (três) veículos na condição de plena propriedade e de fabricação não anterior a 2009.
 - (B) 4 (quatro) veículos na condição de plena propriedade ou documentação de aquisição mediante financiamento por alienação fiduciária, *leasing* ou arrendamento mercantil.
 - (C) 2 (dois) veículos na condição de plena propriedade ou documentação de aquisição mediante financiamento por alienação fiduciária, *leasing* ou arrendamento mercantil.
 - (D) 4 (quatro) veículos na condição de plena propriedade, com até 4 (quatro) anos de uso.
 - (E) 5 (cinco) veículos na condição de plena propriedade ou documentação de aquisição mediante financiamento por alienação fiduciária, *leasing* ou arrendamento mercantil.
-
69. Maurílio, preposto da empresa Transportadora "XXYY", trabalhava como motorista e realizava uma viagem conduzindo um ônibus rodoviário de transporte intermunicipal, sob regime de fretamento, no Estado de São Paulo. No curso dessa viagem, após parar em um autoposto e lá ingerir algumas doses de bebida alcoólica, Maurílio passa a conduzir o veículo em alta velocidade e embriagado. Posteriormente, é instaurado procedimento de apuração sumária, que poderá resultar na aplicação da penalidade de afastamento do serviço do preposto se, assegurado o direito de defesa, ele for considerado culpado de grave violação de dever previsto no Decreto Estadual nº 29.912/1989. O afastamento do preposto Maurílio, na esteira do referido diploma legal,
- (A) poderá ser determinado imediatamente, em caráter preventivo, até o prazo máximo de 90 (noventa) dias enquanto se proceder à apuração.
 - (B) poderá ser determinado imediatamente, em caráter preventivo, até o prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias enquanto se proceder à apuração.
 - (C) poderá ser determinado imediatamente, em caráter preventivo, até o prazo máximo de 60 (sessenta) dias enquanto se proceder à apuração.
 - (D) não poderá ser determinado imediatamente, em caráter preventivo.
 - (E) poderá ser determinado imediatamente, em caráter preventivo, até o prazo máximo de 30 (trinta) dias enquanto se proceder à apuração.
-
70. A empresa de transporte "Bonde da Roça", que realizava o transporte coletivo intermunicipal em determinada região do Estado de São Paulo, sob o regime de fretamento, é punida pela autoridade pública competente, após procedimento regular, nos termos do Decreto Estadual nº 29.912/1989, com a cassação de registro por ter paralisado totalmente os serviços por 30 (trinta) dias consecutivos, sem motivo de força maior. Nesse caso, a aplicação da pena de cassação impedirá a transportadora de habilitar-se a novo registro durante o prazo total de
- (A) 36 (trinta e seis) meses.
 - (B) 60 (sessenta) meses.
 - (C) 48 (quarenta e oito) meses.
 - (D) 24 (vinte e quatro) meses.
 - (E) 12 (doze) meses.



71. Nos termos preconizados pelo Decreto Estadual nº 24.675/1986, em caso de emergência, quando caracterizada a urgência de atendimento a situação que possa ocasionar prejuízo aos usuários ou comprometer a regular execução dos serviços metropolitanos de transporte coletivo regular de passageiros por ônibus, a Secretaria competente poderá autorizar sua execução, por empresa qualificada, a título precário, por prazo não superior a
- (A) 6 (seis) meses, sem possibilidade de prorrogação.
 - (B) 3 (três) meses, sem possibilidade de prorrogação.
 - (C) 6 (seis) meses, prorrogável por igual período.
 - (D) 3 (três) meses, prorrogável por igual período.
 - (E) 9 (nove) meses, sem possibilidade de prorrogação.
-
72. O serviço Rodoviário Intermunicipal de Transporte Coletivo de Estudantes, na esteira do Decreto Estadual nº 48.073/2003, tem por finalidade atender ao deslocamento de ida e retorno de estudantes a estabelecimentos de ensino onde estejam matriculados. Esse serviço será realizado sob o regime de fretamento contínuo e, dentre outras características, deverão ser utilizadas peruas ou outros veículos similares, sem taxímetro, com capacidade de
- (A) 6 (seis) a 20 (vinte) lugares, excluído o condutor.
 - (B) 10 (dez) a 30 (trinta) lugares, excluído o condutor.
 - (C) 8 (oito) a 16 (dezesseis) lugares, incluído o condutor.
 - (D) 8 (oito) a 16 (dezesseis) lugares, excluído o condutor.
 - (E) 6 (seis) a 20 (vinte) lugares, incluído o condutor.
-
73. Jorge, como pessoa física, tem um veículo com capacidade de até 10 (dez) passageiros e pretende obter autorização para trabalhar com transporte intermunicipal coletivo de estudantes no Estado de São Paulo. Além dos necessários documentos pessoais, Jorge deverá apresentar junto à ARTESP, dentre outros documentos, Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil, conjugada com Acidentes Pessoais de Passageiros, em favor dos passageiros, tripulantes e motorista, com as seguintes coberturas mínimas:
- (A) 50.000 UFESP's para Responsabilidade Civil (Danos Materiais e Corporais); 2.000 UFESP's para Acidentes Pessoais de Passageiros por Morte (por passageiro multiplicado pelo número de assentos); e 2.000 UFESP's para Acidentes Pessoais de Passageiros por Invalidez (por passageiro multiplicado pelo número de assentos).
 - (B) 50.000 UFESP's para Responsabilidade Civil (Danos Materiais e Corporais); 1.000 UFESP's para Acidentes Pessoais de Passageiros por Morte (por passageiro multiplicado pelo número de assentos); e 1.000 UFESP's para Acidentes Pessoais de Passageiros por Invalidez (por passageiro multiplicado pelo número de assentos).
 - (C) 30.000 UFESP's para Responsabilidade Civil (Danos Materiais e Corporais); 500 UFESP's para Acidentes Pessoais de Passageiros por Morte (por passageiro multiplicado pelo número de assentos); e 500 UFESP's para Acidentes Pessoais de Passageiros por Invalidez (por passageiro multiplicado pelo número de assentos).
 - (D) 100.000 UFESP's para Responsabilidade Civil (Danos Materiais e Corporais); 2.000 UFESP's para Acidentes Pessoais de Passageiros por Morte (por passageiro multiplicado pelo número de assentos); e 2.000 UFESP's para Acidentes Pessoais de Passageiros por Invalidez (por passageiro multiplicado pelo número de assentos).
 - (E) 100.000 UFESP's para Responsabilidade Civil (Danos Materiais e Corporais); 1.000 UFESP's para Acidentes Pessoais de Passageiros por Morte (por passageiro multiplicado pelo número de assentos); e 1.000 UFESP's para Acidentes Pessoais de Passageiros por Invalidez (por passageiro multiplicado pelo número de assentos).
-
74. Os veículos utilizados no serviço intermunicipal de Transporte Coletivo de Estudantes, conforme previsão no Decreto Estadual nº 48.073/2003, atenderão à legislação, resoluções e normas técnicas vigentes, relativas à fabricação, adaptações e padronização, especialmente às do Código de Trânsito Brasileiro, das Portarias do DETRAN e da ARTESP. Além disso, os veículos deverão ter, contados da data de fabricação, no máximo,
- (A) 5 (cinco) anos.
 - (B) 7 (sete) anos.
 - (C) 10 (dez) anos.
 - (D) 6 (seis) anos.
 - (E) 8 (oito) anos.
-
75. Nos termos do Decreto Estadual nº 24.675/1986, que regulamenta os serviços metropolitanos de transporte coletivo regular de passageiros, por ônibus, na Região Metropolitana de São Paulo, as empresas operadoras do sistema, que possuem frota igual ou inferior a 100 (cem) veículos, deverão manter frota reserva, que também será cadastrada, fixada em
- (A) 6% (seis por cento), exigido o mínimo de 1 (um) veículo.
 - (B) 8% (oito por cento), exigido o mínimo de 2 (dois) veículos.
 - (C) 5% (cinco por cento), exigido o mínimo de 1 (um) veículo.
 - (D) 10% (dez por cento), exigido o mínimo de 2 (dois) veículos.
 - (E) 7% (sete por cento), exigido o mínimo de 1 (um) veículo.



76. Na esteira do Decreto Estadual nº 19835/1982, sobre os veículos que realizam o transporte coletivo de passageiros, de interesse metropolitano, sob regime de fretamento,
- (A) os veículos utilizados no serviço de fretamento deverão apresentar na parte externa, perfeitamente visível, os endereços e telefones da empresa transportadora.
 - (B) a inclusão ou a exclusão de veículos da frota independe de autorização prévia de órgão do Estado.
 - (C) os veículos registrados no serviço de fretamento poderão ser utilizados no transporte regular mediante prévia autorização da Secretaria competente.
 - (D) os veículos deverão estar equipados com tacógrafo, cabendo à empresa ou entidade conservar os discos de tacógrafo por até 6 (seis) meses.
 - (E) o veículo poderá modificar suas características, dentro do critério da empresa ou entidade, independentemente de prévia autorização da autoridade de trânsito.
-
77. Nos termos previstos pelo Decreto Estadual nº 24.675/1986, que regulamenta os serviços metropolitanos de transporte coletivo regular de passageiros, por ônibus, na Região Metropolitana de São Paulo, diante da imposição das penalidades de multa, da retirada do veículo de circulação e de apreensão do veículo, cabe recurso, no prazo de
- (A) 15 (quinze) dias, a contar de sua publicação no "Diário Oficial" do Estado, com efeito suspensivo.
 - (B) 20 (vinte) dias, a contar de sua publicação no "Diário Oficial" do Estado, com efeito suspensivo.
 - (C) 15 (quinze) dias, a contar de sua publicação no "Diário Oficial" do Estado, sem efeito suspensivo.
 - (D) 10 (dez) dias, a contar de sua publicação no "Diário Oficial" do Estado, sem efeito suspensivo.
 - (E) 10 (dez) dias, a contar de sua publicação no "Diário Oficial" do Estado, com efeito suspensivo.
-
78. A empresa de transporte "Mel com Açúcar" pretende explorar serviços de transporte coletivo de passageiros, de interesse metropolitano, sob o regime de fretamento, no Estado de São Paulo. Para tanto, apresenta pedido de registro dirigido à Secretaria competente, com toda a documentação necessária. Deferido o registro, será expedido o certificado de autorização de operação. O prazo de validade do registro, na esteira do Decreto Estadual nº 19.835/1982, será de
- (A) 8 (oito) anos.
 - (B) 5 (cinco) anos.
 - (C) 3 (três) anos.
 - (D) 10 (dez) anos.
 - (E) 2 (dois) anos.
-
79. A empresa de transporte "Verde Amarelo e Azul", que explora serviço de transporte coletivo de passageiros, de interesse metropolitano, sob o regime de fretamento, possui em sua frota cinco veículos com até 5 (cinco) anos de idade e, nos termos do Decreto Estadual nº 19.835/1982, sem prejuízo de eventuais vistorias extraordinárias a critério da secretaria competente, submeterá esses veículos a vistoria com periodicidade máxima a cada
- (A) 9 (nove) meses.
 - (B) 6 (seis) meses.
 - (C) 12 (doze) meses.
 - (D) 18 (dezoito) meses.
 - (E) 24 (vinte e quatro) meses.
-
80. A empresa "Nunca Chega", que explora serviço de transporte coletivo de passageiros, de interesse metropolitano, sob o regime de fretamento, cometeu infrações de natureza grave ao Decreto Estadual nº 19.835/1982 e, após regular procedimento, é aplicada contra ela pela autoridade competente a pena de cassação do registro. Aplicada esta pena, a empresa "Nunca Chega" somente poderá obter novo registro, a critério da Secretaria competente, depois de transcorrido o período de
- (A) 1 (um) ano.
 - (B) 5 (cinco) anos.
 - (C) 4 (quatro) anos.
 - (D) 2 (dois) anos.
 - (E) 3 (três) anos.